

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Lei 14.133/2021)
Registro de Preços

CPA Nº 2026/00017936

1. OBJETO

- 1.1. Sistema de Registro de Preços para aquisição de Aparelho de Ar-Condicionado Portátil para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Item	Código	Descrição resumida
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. Não será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, tampouco será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos. Tal medida se justifica pela inexistência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de estrutura destinada ao controle e monitoramento para o gerenciamento de Atas.
- 2.2. Esta licitação será gerenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e não terá órgão participante por falta de interesse.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

3.1. Natureza do Objeto:

- 3.1.1. A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de materiais permanentes, novos e sem uso anterior, com características e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo Edital de Licitação, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133):

- 3.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.3. Quantitativo (art. 82, inc. I, II e IV da Lei nº 14.133):

Lote Único:

Item	Código	Descrição resumida	Quant. máxima TJSP
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts	2.500
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts	1.000
TOTAL			3.500

3.3.1. Conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), concluiu-se que a adjudicação por item acarretaria prejuízo ao ganho de escala e aumento dos custos administrativos na gestão de múltiplas Atas de Registro de Preços. Assim, foi definida a licitação por grupo de itens (lote único), por assegurar maior racionalidade administrativa, eficiência na gestão contratual e economicidade global, estando em conformidade com o disposto no art. 40, inciso V, §§ 2º, inciso I e 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as exigências previstas no art. 9º, § 1º, e no art. 10, § 1º, do Provimento TJSP nº 100/2024;

3.3.2. As quantidades totais indicadas nos quadros são as quantidades **máximas** que poderão ser adquiridas durante a vigência das Atas de Registro de Preços;

3.3.3. O licitante **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo** previsto no Edital de Licitação, obrigando-se no limite dela;

3.3.4. As quantidades indicadas para registro são estimadas, calculadas com base nas solicitações pendentes de aparelhos de ar-condicionado que aguardam adequações técnicas ou projetos de climatização, contendo margem que permita a absorção de eventuais alterações na estimativa ao longo da vigência da Ata;

3.3.5. Nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006):

3.4.1. Conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), concluiu-se que a atribuição de cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ocasionaria a fragmentação da contratação, com prejuízo ao ganho de

escala e aumento dos custos administrativos decorrentes da gestão de múltiplas Atas de Registro de Preços;

- 3.4.2.** Portanto, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada, nesta contratação não será atribuída a cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inciso III, da referida Lei.

3.5. Dos preços (inc. III e VI, art. 82 da Lei nº 14133/2021):

- 3.5.1.** O preço cotado pelos licitantes será único para entrega em qualquer Município das Regiões Administrativas relacionadas no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas e **Anexo I-C** – Locais de entrega TJSP e deverá incluir frete e demais despesas;
- 3.5.2.** Considerando o serviço de logística incluso para entrega direta em cada Unidade Administrativa, não serão admitidos preços diferentes em razão de localização, forma e local de acondicionamento, tamanho do lote, ou quaisquer outros motivos;
- 3.5.3.** Para licitantes sediados no Estado de São Paulo, os preços ofertados deverão ser considerados sem a aplicação do ICMS, nos termos do art. 55 do Anexo I do RICMS, conforme previsão no edital;
- 3.5.4.** Os preços registrados em Ata poderão ser revistos, mediante provocação da parte interessada, desde que ocorram fatos geradores de desequilíbrio econômico-financeiro. A revisão de preços somente será apreciada mediante justificativa detalhada que confirme a necessidade de ajuste de preço.

3.6. Das propostas:

- 3.6.1.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias;
- 3.6.2.** O licitante poderá indicar até 3 (três) marcas/modelos para cada item do lote para o Registro de Preços:
- 3.6.2.1.** Todas as marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes do Edital de Licitação e seus Anexos.
- 3.6.3.** Quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), os licitantes deverão apresentar as propostas conforme **Anexo I-D** – Modelo de Proposta – **Lote Único** – Ar-Condicionado Portátil:
- 3.6.3.1.** Juntamente com as propostas, o(a) Pregoeiro(a) solicitará a apresentação do **Anexo I-E** – Termo de Garantia, previsto no item 6.3.1.1.

3.7. Prazo da Ata de Registro de Preços:

3.7.1. O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021:

3.7.1.1. As Atas de Registro de Preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.

3.7.2. As quantidades das parcelas serão definidas e solicitadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, considerando a necessidade e disponibilidade orçamentária;

3.7.3. Em caso de prorrogação da vigência da Ata, será observado o que segue:

3.7.3.1. Os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado;

3.7.3.2. Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, §3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

3.8. Prazo do Contrato (art. 84 da Lei 14.133/2021):

3.8.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato pela DETENTORA/CONTRATADA.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

4.1. A contratação visa minimizar as temperaturas internas nos Gabinetes onde é inviável a utilização de outros tipos de equipamentos condicionadores de ar e nos setores elegíveis das Unidades Administrativas e Judiciais que aguardam a elaboração e/ou aprovação de projetos para a climatização dos ambientes de trabalho que surge em função das altas temperaturas nos ambientes de trabalho que aguardam a elaboração e/ou aprovação de projetos de climatização;

- 4.2. A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 5.1. A contratação visa a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portátil para minimizar as temperaturas internas e melhorar o ambiente de trabalho dentro dos Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais sem climatização efetiva. As características dos itens serão determinadas de acordo com a disponibilidade do mercado, visando facilitar a sua aquisição, utilização e instalação;
- 5.2. A especificação técnica segue no **Anexo I-A** – Especificação Técnica do Termo de Referência e foi elaborada de acordo com o mercado atual e empresas fabricantes;
- 5.3. As condições de assistência estão previstas no Termo de Referência e Termo de Garantia.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

6.1. Sustentabilidade:

- 6.1.1. Todos os produtos ofertados deverão obedecer a legislação vigente aplicável a cada categoria;
- 6.1.2. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental;
- 6.1.3. A DETENTORA/CONTRATADA deverá observar, em relação aos produtos ofertados:
- 6.1.3.1. As proibições nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, onde é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;
- 6.1.3.2. As Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referentes ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.
- 6.2. Especificação da Garantia Complementar (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021):

6.2.1. O prazo da garantia legal de 3 (três) meses previsto no Código de Defesa do Consumidor – CDC terá início a partir do ateste definitivo da nota fiscal.

6.2.1.1. Será exigida garantia complementar pelo prazo de 9 (nove) meses, a qual se iniciará automática e imediatamente após o encerramento do prazo de garantia legal, de forma contínua e sem interrupções, totalizando 12 (doze) meses de garantia.

6.2.2. Justifica-se a exigência de garantia complementar tendo em vista o valor estimado de aquisição dos itens, sendo o período total de 12 (doze) meses o mais comum oferecido pelos fabricantes e distribuidores.

6.3. Suporte técnico:

6.3.1. A Assistência Técnica, durante a garantia, deverá ser na seguinte modalidade: “no local de instalação”:

6.3.1.1. “No local de instalação”: o licitante deverá indicar, no **Anexo I-E** – Termo de Garantia, o SAC ou Assistência Técnica, com nome, endereço, e-mail e telefone, que atenderá cada Região Administrativa indicada (**Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas):

a) Se a Assistência Técnica indicada for a mesma para todas as Regiões Administrativas, preencher somente o primeiro quadro do **Anexo I-E** – Termo de Garantia, **“PARA TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS”**;

b) A assistência deverá ser realizada no local onde o objeto estiver instalado, com prévio agendamento.

6.3.2. O licitante poderá indicar mais de uma Assistência Técnica para a mesma Região Administrativa;

6.3.3. Se o objeto for de fabricante com ampla rede de Assistências Técnicas, o **Anexo I-E** poderá ser complementado pelo manual ou catálogo da rede de Assistências Técnicas da fabricante, desde que atenda as solicitações da forma de assistência indicada;

6.3.4. Caso a Assistência Técnica indicada não seja localizada no momento do seu acionamento, a DETENTORA/CONTRATADA será notificada e terá 3 (três) dias úteis para apresentar uma nova Assistência Técnica;

6.3.5. Caso o material apresente defeito de fabricação durante o prazo de garantia, a DETENTORA/CONTRATADA, ou a Assistência Técnica designada, deverá:

- 6.3.5.1. Realizar o agendamento da visita técnica no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação formal do Fiscal do Contrato.
- 6.3.5.2. Executar o reparo, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da solicitação formal do Fiscal do Contrato;
- 6.3.5.3. Realizar a substituição do equipamento, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso o defeito não seja sanado no prazo estabelecido ou quando o reparo se mostrar inviável tecnicamente.
- 6.3.6. O **Anexo I-E** – Termo de Garantia será solicitado pelo(a) pregoeiro(a) no momento de apresentação das propostas (**item 4.2.4.3 do Edital**).
- 6.4. **Subcontratação** (§2º, art. 122 da lei nº 14.133/2021):
 - 6.4.1. Não será admitida a subcontratação para fornecimento do objeto desta licitação.
- 6.5. **Amostra/exame de conformidade/prova de conceito:**
 - 6.5.1. Como se trata de equipamentos não confeccionados sob medida, disponibilizados amplamente no mercado por diversos fabricantes e com características técnicas suficientemente descritas em catálogo ou site oficial, não há a necessidade de solicitação de amostras.

7. LOCAIS DE ENTREGA

- 7.1. As entregas deverão ser feitas diretamente nos locais e nas quantidades a serem informados quando da assinatura do Contrato, podendo ser em qualquer Município do Estado de São Paulo (**Anexos I-B** – Mapa das Regiões Administrativas e **I-C** – Locais de Entrega TJSP):
 - 7.1.1. Na formalização de cada contrato de entrega serão disponibilizados os Anexos de locais de entrega atualizados, respeitando os limites determinados no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas;
 - 7.1.2. A DETENTORA/CONTRATADA deverá verificar no momento do agendamento com a Administração responsável o local e o endereço correto de entrega dos itens, podendo ser em endereço não registrado nos Anexos de Locais de Entrega, desde que sejam respeitados os limites determinados no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas.

8. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

8.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de entrega:

8.1.1. Caso não seja possível o cumprimento do prazo previsto no subitem 8.1, a DETENTORA/CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis antes do vencimento do prazo, apresentando justificativa devidamente fundamentada e acompanhada de documentos que comprovem a necessidade da prorrogação, podendo ser concedido prazo adicional de até 45 (quarenta e cinco) dias para a finalização das entregas, a critério do(a) Gestor(a) do contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

9.1. No início da vigência da Ata de Registro de Preços será realizada uma reunião de alinhamento com a DETENTORA/CONTRATADA informando os procedimentos de execução da Ata e as responsabilidades de todos;

9.2. A DETENTORA/CONTRATADA deverá agendar previamente a entrega com as Unidades Administrativas, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento;

9.3. A DETENTORA/CONTRATADA deverá efetuar a entrega de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seus Anexos, consideradas as disposições da cláusula 7 – Locais de Entrega;

9.4. Os itens deverão ser novos, sem uso anterior e deverão estar embalados adequadamente durante o transporte e entrega;

9.5. Quando do recebimento do material, a Unidade Administrativa efetuará a conferência visual e irá verificar as informações de marca e modelo, verificando se o item está de acordo com as especificações descritas no **Anexo I-A – Especificações Técnicas – Ar-Condicionado Portátil**, efetuando os procedimentos de recebimento provisório conforme **item 10.3**;

9.6. Cada item deverá vir acompanhado de manual de instruções em português, contendo: forma de manuseio, instruções básicas de funcionamento e montagem/instalação, bem como advertências de uso e conservação;

9.7. Caso haja necessidade, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de substituição de alguma das marcas registradas ou a inclusão de alguma outra marca, a DETENTORA/CONTRATADA deverá encaminhar solicitação e justificativas à Equipe de Gestão:

- 9.7.1. Poderá ser solicitada complementação das justificativas e documentação para a DETENTORA/CONTRATADA sempre que necessário;
- 9.7.2. A Equipe de Gestão verificará se as novas marcas ofertadas atendem à especificação técnica e legislação competente, se o caso, conforme previsto no Edital de Licitação e seus Anexos;
- 9.7.3. Aprovadas as novas marcas, a Equipe de Gestão notificará a DETENTORA/CONTRATADA e encaminhará à Diretoria de Contratos o parecer para o respectivo aditamento contratual.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

10.1. Área administrativas e/ou técnicas:

- 10.1.1. A gestão das Atas de Registro de Preços e respectivos contratos será exercida por servidor(a), e seu(sua) respectivo(a) suplente, lotados(as) na Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial, designados(as) pela E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo auxiliados(as) por uma Equipe de Gestão:
 - 10.1.1.1. O(a) gestor(a) designará os(as) Fiscais Administrativos e do Contrato, e seus respectivos suplentes, notificando-os de suas designações e atribuições previstas nos artigos 76 e 77 do Provimento nº 2.724/2023;
 - 10.1.1.2. A Equipe de Gestão será composta pelo Gestor(a), pelos(as) Fiscais e seus respectivos suplentes e demais servidores das seções de acompanhamento, se o caso;
 - 10.1.1.3. A Equipe de Gestão efetuará a indicação de pedidos de parcela para emissão dos Contratos e acompanhará os saldos remanescentes da Ata.
- 10.1.2. Os(as) responsáveis pelas Unidades Administrativas, e os(as) servidores(as) por eles(elas) indicados(as) exercerão as seguintes funções:
 - 10.1.2.1. Verificação dos itens necessários para novas instalações e/ou reposições, em quantidades suficientes para atendimento à demanda das Unidades de Trabalho, atendimento ao público externo e devida conservação da infraestrutura predial;

10.1.2.2. Inclusão de pedidos por meio de sistema informatizado interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (SAJADM, módulo SPD, Pedido de Material Permanente);

10.1.2.3. Recebimentos Provisório, conforme disposições constantes neste Termo de Referência.

10.1.3. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços serão exercidas nos termos do Provimento CSM nº 2.724/2023 e observarão o cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e nos respectivos Contratos;

10.1.4. Equipe de gestão indicada:

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
GESTOR(A)			
SAAB 5.3	Maria Aparecida Lúcio	110.718	Gestora
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Suplente
FISCAL ADMINISTRATIVO			
SAAB 5.3.1.1	Elizabeth Ferragut Rodrigues	378.337	Fiscal Administrativo
SAAB 5.3.1.1	Marco Antônio Mayer Braga	371.033	Suplente
SAAB 5.3.1.1	Vanessa Aparecida da Cruz	378.580	Suplente
FISCAL DO CONTRATO			
SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Fiscal do Contrato
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Suplente

10.2. Protocolo de comunicação:

10.2.1. As comunicações serão efetuadas preferencialmente por meio eletrônico, observados os prazos estabelecidos no art. 130 do Provimento nº 2.724/2023:

10.2.1.1. Além do e-mail do representante legal indicado na Ata de Registro de Preços, a DETENTORA/CONTRATADA deverá indicar à Equipe de Gestão os telefones, e-mails e responsáveis pelo atendimento;

10.2.1.2. Os contatos efetuados por telefone terão a finalidade de agilizar a resolução de problemas pontuais que requeiram atuação imediata, devendo sempre que possível ser formalizados posteriormente por e-mail;

10.2.1.3. As reuniões entre a Equipe de Gestão e os(as) representantes das DETENTORAS/CONTRATADAS serão realizadas preferencialmente pelo aplicativo MS Teams, com gravação e posterior envio da memória de reunião por e-mail.

10.3. Recebimento Provisório:

10.3.1. O recebimento provisório será efetuado pela Unidade Administrativa recebedora do material, que encaminhará cópia da DANFE recebida à Equipe de Gestão (almox.gestao@tjsp.jus.br), no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da entrega dos produtos:

10.3.1.1. Quando do recebimento do material, a Unidade Administrativa efetuará a conferência visual e irá verificar as informações de marca e modelo, verificando se o item está de acordo com as especificações descritas no **Anexo I-A** – Especificações Técnicas – Ar-Condicionado Portátil;

10.3.1.2. Caso a Unidade Administrativa tenha dúvidas quando do recebimento, poderá entrar em contato com a Equipe de Gestão (almox.gestao@tjsp.jus.br) para quaisquer esclarecimentos acerca do recebimento e/ou do objeto;

10.3.1.3. A Unidade Administrativa somente efetuará o ateste **provisório** da Nota Fiscal após o recebimento e conferência do(s) objeto(s) e seu(s) acessório(s), se houver;

10.3.1.4. Caso sejam constatadas irregularidades na entrega, o(a) responsável pelo recebimento poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, notificando a DETENTORA/CONTRATADA para sua substituição ou complementação no mesmo local de entrega, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da notificação.

10.4. Recebimento Definitivo:

10.4.1. O recebimento definitivo será efetuado pelo(a) Fiscal do Contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório:

10.4.1.1. O(a) Fiscal do Contrato efetuará a verificação do atendimento às obrigações contratuais e a conferência da nota fiscal, notificando a DETENTORA/CONTRATADA em caso de necessidade de correções;

10.4.1.2. A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) e encaminhada à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo:

a) Caso haja alguma informação incorreta na Nota Fiscal/Fatura que necessite de correção, o documento será devolvido à DETENTORA/CONTRATADA que deverá

fazer as correções necessárias, reiniciando os prazos informados nos itens 10.4.1. e 10.4.1.2.

10.5. Condições de pagamento:

10.5.1. A DETENTORA/CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com indicação da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A. para pagamento e das respectivas notas de empenho;

10.5.2. A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) pelo(a) Fiscal do Contrato, em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo:

10.5.2.1. Para fins de liquidação e pagamento serão observadas as disposições previstas na Seção II do Provimento CSM nº 2.724/2023.

10.5.3. Nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, ficando a parcela controversa sujeita à disciplina estabelecida no item 10.8;

10.5.4. Os documentos serão enviados por meio eletrônico, ficando a critério do(a) Fiscal do Contrato solicitar a complementação ou esclarecimento de informações, conforme necessário:

10.5.4.1. A DETENTORA/CONTRATADA será comunicada para correção da Nota Fiscal/Fatura, com os devidos apontamentos, caso necessário;

10.5.4.2. A solicitação de correções em hipótese alguma servirá de pretexto para que a DETENTORA/CONTRATADA suspenda o fornecimento.

10.5.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do atesto definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Fiscal de Contrato.

10.6. Acordo de nível de serviço:

10.6.1. Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado não se tratar de serviço.

10.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual:

10.7.1. A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações

assumidas, assim como as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7.2. Semestralmente, a Equipe de Gestão solicitará à DETENTORA/CONTRATADA, a apresentação dos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação:

10.7.2.1. Caso haja necessidade, a Equipe de Gestão poderá solicitar o auxílio do Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC) para análise da documentação apresentada.

10.8. Hipótese de glosa:

10.8.1. Nos termos previstos no item 10.5.3, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela em discussão será objeto de glosa;

10.8.1.1. Quando da comprovação ou cumprimento de exigência que comprove a resolução da controvérsia, a parcela glosada será liberada para pagamento.

10.8.2. Eventuais multas aplicadas, após o devido procedimento apuratório, poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos à DETENTORA/CONTRATADA.

10.9. Sanções Administrativas (Multa):

10.9.1. Especificamente para esta contratação serão adotados os seguintes percentuais de multa a serem aplicadas na hipótese de descumprimento contratual:

Descrição	Base de Cálculo	Percentuais de multa
Atraso injustificado de até 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	0,25% a 0,5% ao dia sobre a base de cálculo
Atraso injustificado superior a 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	15% a 20% sobre a base de cálculo
Inexecução da entrega ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor das mercadorias não entregues ou do valor de compra do bem em garantia	25% a 30% de multa sobre base de cálculo

10.9.2. Nos casos em que não for possível mensurar o valor individual da obrigação descumprida, incidirá multa de 0,5% até 4% sobre o valor estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a ser arbitrado a depender da gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

- 10.9.3.** Caso o cálculo das multas, efetuado na forma do Edital de Licitação ou do contrato, resulte em percentual inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor total do contrato, o valor final da multa observará esses percentuais;
- 10.9.4.** Na fixação dos valores de eventuais multas, dentro dos limites previstos, será observado o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao art. 55, §7º, da Lei Complementar nº 123/2006 atualizada;
- 10.9.5.** A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Edital de Licitação, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável;
- 10.9.6.** A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à DETENTORA/CONTRATADA os direitos de defesa prévia e de recurso;
- 10.9.7.** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

10.10. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021):

- 10.10.1.** A extinção do contrato obedecerá aos preceitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, especialmente nos termos dos artigos 137 e seguintes, garantindo a observância rigorosa dos dispositivos legais pertinentes;
- 10.10.2.** As hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços estão previstas no Provimento nº 100/2024;
- 10.10.3.** Em caso de cancelamento da Ata de Registro de Preços, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de fornecimento remanescente, nos termos do art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 11.1.** Nos termos dos artigos 6º, inc. XLV e 82 inc. V da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 12.1.** A estimativa do valor da contratação é de R\$ 11.922.580,00 (onze milhões novecentos e vinte e dois mil e quinhentos e oitenta reais) para o Lote Único.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 13.1.** A adequação orçamentária está demonstrada no item 16.9 do Edital.

14. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

- 14.1.** Tendo em vista que o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 versa sobre garantia nas contratações, entende-se não ser aplicável a exigência de garantia de execução da Ata de Registro de Preços, uma vez que a Administração não está obrigada a contratar, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021;
- 14.2.** Em relação aos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, considerando as características do objeto, consistente em fornecimento de bem comum, com prazo de execução imediato e baixo risco de prejuízos à Administração, bem como visando evitar a oneração desproporcional dos preços ofertados, opta-se pela **não exigência de garantia de execução**.

15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

- 15.1. Qualificação Técnico-Profissional** (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

Não se aplica.

- 15.2. Qualificação Técnico-Operacional** (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

- 15.2.1.** Para comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

- 15.2.1.1.** Atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado ou estar executando a contento, o fornecimento de itens de aparelhos de ar-condicionado, nas quantidades a seguir indicadas:

LOTE	Descrição	Quantidade total de itens a registrar	Quantidade exigida nos atestados	%
1	Aparelhos de Ar-Condicionado	3.500	875	25%

- a)** Para efeito de comprovação do item 15.2.1.1, será admitido o somatório de atestados e/ou declarações.

15.2.1.2. Declaração de que tomou conhecimento do cumprimento das obrigações, conforme **Anexo I-F**.

15.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

Não se aplica.

16. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA E DO CONTRATANTE

16.1. A DETENTORA/CONTRATADA obriga-se a:

- 16.1.1.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 16.1.2.** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, resultantes deste Registro de Preço, além de outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a realização do fornecimento, objeto deste ajuste;
- 16.1.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preço;
- 16.1.4.** Comunicar à Equipe de Gestão, com antecedência, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos;
- 16.1.5.** Fornecer o objeto nas condições e prazos definidos neste Termo de Referência e seus anexos;
- 16.1.6.** Efetuar as entregas até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta (total registrado);
- 16.1.7.** Suportar as obrigações de entregas em qualquer Município do Estado de São Paulo, respeitados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 16.1.8.** Suportar as despesas inerentes à logística, transporte, tributos, seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação, se houver;
- 16.1.9.** Zelar para que seus(suas) representantes, que terão acesso ao local de entrega, estejam uniformizados e devidamente identificados;
- 16.1.10.** Efetuar a reposição de qualquer material danificado durante o processo de logística, entrega e assistência técnica, obedecendo sempre às especificações originais;

16.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, conforme item 10.2.

16.2. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 16.2.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;
- 16.2.2.** Comunicar à DETENTORA/CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;
- 16.2.3.** Prestar à DETENTORA/CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 16.2.4.** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA/CONTRATADA;
- 16.2.5.** Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos bens, observando as normas internas de segurança.

17. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

- 17.1.** Considerando o Plano de Riscos elaborado para esta contratação, não foi identificada a necessidade de inclusão de Matriz de Alocação de Riscos neste Termo de Referência.